

# Para ACM, governo não enfrenta estatais paulistas

## “São Paulo pode tudo e nós somos uns desamparados”

por Rodrigo Mesquita e  
Isabel Versiani  
de Brasília

O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) chamou, ontem, à união, os estados do Nordeste para enfrentar as desigualdades entre as regiões do País. ACM quer uma atuação conjunta, na tramitação da reforma tributária, visando à criação de mecanismos compensatórios para os estados mais pobres.

O ex-governador da Bahia criticou duramente o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que considera inoperante nessa área e atacou o que considera “o excessivo poder de São Paulo”. As declarações de Antônio Carlos foram feitas durante os depoimentos dos ministros José Serra, do Planejamento, e Raimundo Brito, das Minas e Energia, às comissões de Assuntos Econômicos, do Senado, e de Minas e Energia, da Câmara. Os dois foram convocados para explicar,

em sessão conjunta, a privatização do setor elétrico.

Na resposta a ACM, o ministro do Planejamento disse que o estado, hoje, não tem margem para investir e revelou alguns dados sobre o orçamento do próximo ano para mostrar que a situação será ainda pior. Segundo ele, só as despesas com a folha de pagamento de ativos e inativos da União, mais os gastos com o INSS, vão consumir de R\$ 75 bilhões a R\$ 80 bilhões. Neste ano, as despesas com a folha de pagamento chegarão a R\$ 34 bilhões, e o adicional de juros, efeito da política monetária restritiva, a R\$ 2 bilhões.

Antônio Carlos Magalhães responsabilizou José Serra pela situação que considera grave e citou, como exemplo, o próprio setor elétrico. “O setor elétrico se destrói porque São Paulo não quer pagar e não paga. E com São Paulo não pagando, não fazem nada. Para outros

estados, pobres, que fizeram isso, ameaçaram cortar a energia, ameaçaram cortar o fundo de participação, ameaçaram não receber os governadores. Mas São Paulo pode tudo, porque São Paulo está com o poder e nós somos uns desamparados.”

Serra contestou Magalhães, dizendo que São Paulo já havia renegociado seus débitos (R\$ 2,8 bilhões) com a Eletrobrás e que outros estados, também devedores, não haviam sofrido nenhum tipo de retaliação. Do ponto de vista orçamentário, o ministro do Planejamento disse que a aprovação da reforma tributária significaria um avanço, porque haveria um crescimento na arrecadação do IPI unificado ao ICMS e que esse percentual seria repassado aos estados e municípios por meio dos fundos de participação. Segundo Serra, cerca de 80% desses recursos vão para os municípios mais pobres das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.